



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Bruna Lúcia Oliveira de Moraes

Júlia Maria Silveira Sousa

Márcia Ferreira Pereira

Marluce Oliveira de Moraes Carneiro

**ESTUDO DE CASO DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESCOLAR DE UMA
ESCOLA MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**

**Redenção – CE
2018**

BRUNA LÚCIA OLIVEIRA DE MORAIS
JÚLIA MARIA SILVEIRA SOUSA
MÁRCIA FERREIRA PEREIRA
MARLUCE OLIVEIRA DE MORAIS CARNEIRO

ESTUDO DE CASO DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESCOLAR DE UMA
ESCOLA MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública na modalidade a distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof^a Me. Maria Denise
Nunes Rodrigues

Redenção – CE
2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Morais, Bruna Lúcia Oliveira de.

M825e

Estudo de caso do funcionamento do Conselho Escolar de uma
Escola Municipal da Região Metropolitana de Fortaleza / Bruna Lúcia
Oliveira de Moraes. - Redenção, 2018.
23f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientadora: Profª Me. Maria Denise Nunes Rodrigues.

1. Gestão escolar. 2. Conselho Escolar. 3. Gestão
Democrática. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 371.2

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

BRUNA LÚCIA OLIVEIRA DE MORAIS
JÚLIA MARIA SILVEIRA SOUSA
MÁRCIA FERREIRA PEREIRA
MARLUCE OLIVEIRA DE MORAIS CARNEIRO

ESTUDO DE CASO DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESCOLAR DE UMA
ESCOLA MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Monografia julgada e aprovada para obtenção do título de Especialista em da
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: ____/____/____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Profª Me. Maria Denise Nunes Rodrigues (Orientadora)

Prof. Me. Joyce Araújo Andrade

Prof. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso

RESUMO

Os recursos financeiros que chegam nas escolas dão autonomia a gestão escolar, permitindo que esses recursos sejam distribuídos de acordo com as necessidades de cada instituição. Papel fundamental neste processo tem os Conselhos Escolares com participação direta nas decisões tomadas. O presente trabalho tem por objetivo geral analisar o funcionamento da relação direta entre a teoria e a prática no processo de gestão escolar democrática, e como os conselheiros atuam de forma competente e democrática. O estudo foi extraído da pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza qualitativa, realizada entre os meses de fevereiro e dezembro de 2016, quando foi realizada visita nas reuniões do conselho, e também entrevistas com representantes dos segmentos do conselho escolar. Neste artigo destaca-se o conceito de participação democrática na educação, do ponto de vista dos entrevistados, trazendo a percepção de gestão, bem como a visão destes, com relação à sua atuação. Para fundamentar o estudo, foram trazidas as categorias: Participação, Conselho Escolar e Gestão Democrática, as quais foram aprofundadas, ao longo deste artigo, com o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Ministério da Educação e conceitos de alguns autores renomados. O tema do estudo: O estudo de caso do funcionamento do Conselho Escolar de uma escola municipal da região metropolitana de Fortaleza exigiu um mergulho no funcionamento do Conselho Escolar. Os principais resultados obtidos foram: pouco conhecimento por parte dos conselheiros e pouca participação dos mesmos para atuarem de forma democrática no conselho escolar. Portanto, deve-se a partir dessa discussão, abrir caminho para estudos e formações no fortalecimento da participação na tomada de decisão sobre questões administrativas, financeiras e pedagógicas.

Palavras-chaves: Participação, Conselho Escolar, Gestão Democrática.

ABSTRACT

The financial resources that come in the schools give autonomy to school management, allowing these resources to be distributed according to the needs of each institution. A fundamental role in this process is the School Councils with a direct participation in the decisions taken. The present work has the general objective to analyze the functioning of the direct relation between theory and practice in the process of democratic school management, and how the counselors act in a competent and democratic way. The study was extracted from bibliographical and field research, of a qualitative nature, carried out between February and December 2016, when a visit to the council meetings was held, as well as interviews with representatives of the segments of the school council. In this article, we highlight the concept of democratic participation in education, from the point of view of the interviewees, bringing the perception of management, as well as their vision, in relation to their performance. To support the study, the following categories were included: Participation, School Council and Democratic Management, which were further elaborated throughout this article with the National Program for Strengthening School Boards of the Ministry of Education and concepts of some renowned authors. The theme of the study: The case study of the functioning of the School Council of a municipal school in the metropolitan region of Fortaleza required a dip in the functioning of the School Board. The main results obtained were: little knowledge on the part of the councilors and little participation of the same ones to act of democratic form in the school council. Therefore, it is due to this discussion, to open the way for studies and training in strengthening participation in decision-making on administrative, financial and pedagogical issues.

Keywords: Participation, School Board, Democratic Management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO.....	9
2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	9
2.3 A HISTÓRIA DOS CONSELHOS ESCOLARES.....	11
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	13
4 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	15
4.1 GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA	16
4.2 PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
6 REFERÊNCIAS.....	21
6 APÊNDICES	22

1 INTRODUÇÃO

O Conselho Escolar constitui-se por membros de toda comunidade escolar, sendo um órgão de tomadas de decisões discutidas no interior da escola. Diante da existência legal do Conselho Escolar esse trabalho tem como objetivo geral, analisar o funcionamento da relação direta entre a teoria e a prática no processo de gestão escolar democrática, e como os conselheiros atuam de forma competente e democrática. É nesse sentido que a pesquisa discute aspectos relativos às funções e também às vantagens do Conselho Escolar a partir da visão de cada um dos pesquisados.

Caracteriza pelo mecanismo democrático formado por diferentes segmentos presentes na escola – alunos, pais, funcionários, professores e gestores, assegurado o direito de manifestação de diversos pontos de vista. Segundo Werle (2003) não existe conselho vazio, ele é o que a comunidade escolar estabelece, constitui e operacionaliza. Assim, a participação dos membros deve ser incentivada para a construção de uma comunicação ampla que possa decidir questões inter-relacionadas na escola, como a construção do Projeto Político Pedagógico, inclusão, qualidade de ensino, indisciplina, aplicação dos recursos vindo dos programas de financiamento da escola.

A educação é considerada como direito fundamental do homem e garantida legalmente em quase todos os países, sendo um elemento na conquista da cidadania. No Brasil, a educação tem sua garantia no art. 205 da Constituição Federal de 1988 que afirma “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Brasil avançou nas últimas décadas em relação à garantia dos direitos educacionais, mas a discussão da legislação, das políticas públicas e da gestão democrática, ainda é um desafio para todos na escola no sentido de fazer valer o direito à educação e a escola de qualidade para todos garantindo a participação dos membros que forma a comunidade escolar.

A estrutura deste trabalho está composta por quatro seções, contando com a Introdução, seguida da Fundamentação Teórica que ressalta aspectos relevantes para o aprofundamento do estudo, tais como: Processo Histórica da Educação, Gestão Democrática e Participativa e A História dos Conselhos Escolares. Na seção seguinte tem-se os caminhos trilhados na pesquisa, ou seja, o percurso metodológico que foram

utilizados. Na quarta seção é apresentado a análise dos dados e os resultados obtidos através da pesquisa de campo. Na quinta aborda-se sobre as considerações finais apontadas e discutidas durante a realização da pesquisa na busca de atingir o objetivo geral da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Processo Histórico da Educação

Afirmar sobre a educação no Brasil é fazer uma relação direta com todo o período histórico para compreender a realidade educacional atual. Da Colonização com a vinda dos jesuítas para catequizar. A intenção dos missionários, porém, não se reduzia simplesmente a difundir a religião. Uma época de absolutismo, a igreja, submetida ao poder real, era instrumento importante para a garantia da unidade política, já que uniformizava a fé e a consciência. (ARANHA, 2006, p.139) O Período Imperial não ocorreu grandes mudanças, apenas um desencadeamento de espaços culturais e alguns cursos avulsos, a educação ficou em segundo plano. Com a Proclamação da República debates ocorreram, mas a educação continuava precária à população brasileira. Quando não através da exclusão pura e simples, impedindo o acesso de grande parte dos brasileiros à escola, por meio de ensino para a submissão, desprovido da preocupação crítica tanto em seus conteúdos quanto em seus métodos (PILETTI, 2006, p.163). Reconhecer a precariedade crônica da educação brasileira e o processo de melhoria por questões econômicas ligadas à burguesia à nascente indústria nacional para uma mão de obra qualificada, reformas educacionais foram implantadas; expansão da rede escolar, alfabetização do povo, qualificação do ensino.

Em 1987, realizou-se um Fórum de Defesa Nacional da Escola Pública, sendo uma década decisiva para educação brasileira no processo de elaboração dos artigos relativos à educação na Carta Constitucional de 1988 e a aprovação em 1996 da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

2.2 Gestão Democrática e Participativa

Administração escolar maneira anteriormente usada nas escolas com o enfoque nas partes e sua eficiência, atualmente as escolas tem o enfoque no todo e sua efetividade caracterizado pela Gestão Escolar.

Nos anos 80, as lutas foram constantes para uma escola de qualidade e que fosse legitimada resultando na aprovação do princípio de que o ensino deve ser ministrado com base na gestão democrática, prevista no Art. 206, inciso VI da Constituição Federal. Além da gestão democrática, a Constituição Federal de 1988 estabelece também outros princípios para a educação brasileira, dentre eles citamos: obrigatoriedade, gratuidade,

pluralismo, liberdade, padrão de qualidade, piso salarial e igualdade, sendo estes regulamentados por meio de Leis Complementares.

A conquista da LDB (2001), na qual estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação, em seu Artigo 14 define as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, conforme os seguintes princípios: "I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes".

Estes dois princípios definidores da gestão democrática do ensino público evidenciam a participação tanto dos profissionais da educação quanto da comunidade em colegiados diretivos escolares como meio de tomada de decisões na escola, incitando um trabalho coletivo, articulado e dialógico. Nesse sentido, a gestão democrática é uma gestão de autoridade compartilhada, cujos fins são expressos no Art. 205 da Constituição Federal do Brasil, Brasil (1988, s/n):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A mesma finalidade está presente na LDB, em seu Artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A legislação é clara ao caracterizar uma escola democrática, tendo a colaboração da sociedade para promover uma educação de qualidade. Como se dá na prática os aspectos administrativos e pedagógicos, quais as condições favoráveis para a escola democrática ser significativa. Uma forma de encarar a democratização da escola é considerá-la como o desenvolvimento de processos pedagógicos significativos, pela adoção de um currículo concreto e vivo que garantam a permanência do estudante no sistema escola, eliminando e impedindo o processo de exclusão representado pela evasão e repetência (HORA, 2007). A gestão da escola democrática deve ser pensada de forma coletiva, assegurando o acesso ao conhecimento histórico do aluno e de todos os segmentos da comunidade escolar na democratização do saber e no cumprimento do seu papel de forma uma sociedade participativa.

2.3 A História dos Conselhos Escolares

As conquistas históricas, tendo como garantia uma democracia, onde os dirigentes são eleitos por voto dos cidadãos, nos eleva a uma democracia participativa permitindo acompanhar e controlar socialmente a execução dos direitos legais de maneira a definir a educação e a sociedade. "A democracia demanda estruturas democratizantes e não estruturas inibidoras da presença participativa da sociedade civil no comando da res-pública" (FREIRE, 2001, p75). Esse ser político, deve ser capaz de questionar, criticar, reivindicar, participar, ser militante e engajado, contribuindo para a transformação de uma ordem social injusta e excludente. Então a escola deve contribuir para a democratização da sociedade, assim como deve ser espaço de exercício para a democracia participativa, através do exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria.

Há uma organização de espaços colegiados em diferentes instâncias de poder, que vão do Conselho Nacional aos Conselhos Estaduais e Municipais, e Escolares, onde são definidas políticas públicas para orientar a prática educativa e recursos. Sua importância está na reunião de todos os membros que compõem a escola, diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade.

A LDB e o PNE são instrumentos que dão respaldo legal às políticas para o fortalecimento da gestão democrática na escola pública, utilizando o Conselho Escolar e o Projeto Político Pedagógico. Tendo criado um Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares servindo de apoio às escolas para oferecer formação aos membros do conselho.

A estrutura do Conselho Escolar, é um órgão colegiado formado por membros representantes da comunidade escolar e local que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade. Representam, assim, um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática (BRASIL, 2004a).

Os modelos de Conselho Escolar diferem de acordo com a natureza institucional. Independente de como ele é constituído, sempre há no instrumento que trata de sua

regulamentação (lei, decreto, regimento escolar, estatuto, etc.), um conjunto de competências atribuídas que fazem deste órgão, um mecanismo instituído de gestão democrática do ensino público. Embora diversificadas, geralmente, as atribuições ou competências do Conselho Escolar são categorizadas segundo a natureza da função. De acordo com o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2004a), os sistemas de legislação e normas de ensino no Brasil, conferem aos conselhos escolares as seguintes competências: deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras. O mesmo programa (BRASIL, 2004a, p. 41) chama estas competências de funções e especifica:

- a) **Deliberativas:** quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo e financeiro.
- b) **Consultivas:** quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.
- c) **Fiscais** (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.
- d) **Mobilizadoras:** quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação.

A composição dos conselhos respeita a proporcionalidade das categorias, dividindo a representação em duas partes iguais: 50% de trabalhadores da escola (direção, professores, especialistas e demais servidores) e 50% de pais e estudantes (alguns incluem membros da comunidade local). O mandato é fixo por dois anos. A forma de escolha dos representantes é, predominantemente, a eleição pelas respectivas categorias e o diretor da escola é sempre um membro nato. Quanto ao funcionamento, definem-se reuniões periódicas, prevalecendo encontros bimestrais (BRASIL, 2004b).

Conhecendo a estrutura e suas condições legais do Conselho Escolar, verificou-se a necessidade de pesquisar a atuação do conselho escolar de uma escola municipal da região metropolitana de Fortaleza, a fim de verificar em quais aspectos este conselho está funcionando no que diz respeito a legislação, participação e prática, condizente com a realidade teórica.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O interesse pelo desenvolvimento desse estudo surgiu a partir dos seminários temáticos desenvolvidos no decorrer do curso que possibilitou o contato com a escola estudada. Surgiu assim, a necessidade de realizar uma pesquisa sobre a atuação dos conselhos escolares que têm um grande valor democrático e participativo dentro das instituições de ensino público.

Observando-se o objeto de estudo da pesquisa, o Conselho Escolar, e sabendo que é na metodologia que se apresenta as ferramentas que serão utilizadas na investigação científica, optou-se então por utilizar a abordagem qualitativa que para Neves (1996) busca obter dados descritivos que expressam os sentidos dos fenômenos. Sendo assim, a pesquisa deve ocorrer onde se realiza o estudo, procurando estabelecer um contato maior entre o pesquisador e os dados que serão obtidos através da teoria e a prática dos agentes envolvidos. A pesquisa foi desenvolvida utilizando como instrumento de coleta de dados fontes documentais da escola e a metodologia bibliográficas.

Para (Goldenberg,1999) a metodologia da pesquisa com a metodologia bibliografia permiti a combinação da descrição, explicação e compreensão do fenômeno estudado que através da junção dos documentos e dos questionários é possível confrontar as informações.

Foi realizada pesquisa de campo com o intuito de conhecer os fenômenos envolvidos na realidade da comunidade escolar que compõem o Conselho Escolar. Essa forma de pesquisa permiti que o pesquisador esteja diretamente ligado com seu objeto de estudo. Segundo Gil (2008) este método procura aprofundar uma realidade específica a partir da observação direta das atividades do objeto estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade.

Considerando a natureza do estudo teve-se a pesquisa descritiva com o intuito de conhecer os fatos e fenômenos envolvendo o objeto de estudo. De acordo com Gil (2008), A pesquisa descritiva busca descrever as características do grupo estudado.

Para chegar aos resultados deste trabalho, utilizou-se também da aplicação de questionários e entrevista com os membros do Conselho da escola em questão, trazendo

como parte importante do estudo a transcrição dos dados coletados nessa fase da pesquisa.

4 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Como objeto de estudo, o primeiro contado com a escola em 2016, se deu através de uma visita onde se teve o acolhimento pelo Núcleo Gestor da Escola na pessoa da Diretora que se apresentou como presidente do Conselho Escolar. Num primeiro momento com o Conselho Escolar tivemos a oportunidade de verificar o calendário anual enviado pela Secretária do Município, onde foi observado que cada escola tem autonomia para adaptar o calendário a realidade de cada escola. Também foi verificado o Plano Político Pedagógico, o estatuto do conselho Escolar e a Ata de reuniões do Conselho. Através desses documentos, foi possível uma análise para se criar uma linha de base, onde se montou o questionário e a entrevista.

A escola estava funcionando no ano de 2016 com 675 alunos divididos em três turnos (manhã, tarde e noite), sendo oferecidas turmas do Fundamental II (6° ao 9°) e turmas da EJA, noite. A estrutura da escola disponibilizava 10(dez) salas de aula, uma biblioteca, uma quadra poliesportiva, uma sala para os professores, uma secretaria, 5 (cinco) banheiros, uma sala de AEE, uma sala de apoio para o Mais Educação e uma cozinha.

O Conselho Escolar da escola estudada foi fundado e registrado em ata no ano de 1998. Em seu Estatuto reza que o Conselho é um órgão de representação máxima de natureza normativa, consultiva, deliberativa, fiscalizadora e avaliadora que coopera com a direção da escola afim de aproximar a política educacional as expectativas sócio-culturais da comunidade escolar. Composto por uma Assembleia geral, formado por seus associados sendo soberana em suas deliberações, bem como um conselho deliberativo. Composto por 9 membros sendo, um presidente, vice-presidente, um secretário e tesoureiro e cinco conselheiros, tendo os suplentes. A diretoria está representada pelo presidente, vice-presidente, secretario e o tesoureiro. E o conselho fiscal constituído por três membros efetivos e dois suplentes formando 5 conselheiros. Este Conselho é constituído em ata pelo diretor da escola como sendo membro nato, pelos profissionais da educação, representantes da área administrativa, pelos pais e por alunos maiores de 16 anos.

Foi observado que a Secretaria de Educação sugere 12 doze reuniões anual, porém o Conselho Escolar da escola estudada fez oito reuniões das quais a equipe esteve

presente em três delas para realizar: as observações, a aplicação de questionários e entrevistas, sendo acordada com o diretor e presidente do conselho. Na primeira reunião foi observado que a presença dos conselheiros estava em número reduzido, com apenas 55% dos membros do conselho deliberativo. Na pauta constava-se os seguintes assuntos: 1. Entrada de recursos pelo PDDE interativo, 2. Aplicação desses recursos e 3. Calendário escolar anual. A presidente do conselho apresentou a equipe pesquisadora para os demais membros do conselho, onde a mesma ficou observando a participação dos membros frente a coordenação da presidente do Conselho escolar.

A reunião seguinte teve por pauta a aplicação do questionário para os participantes do conselho escolar, pais e alunos presentes. Para (BRASIL, 2004b) o questionário e entrevista de forma individualizada permite externar as insatisfações e sugestões para melhorar o compromisso do conselho escolar com a comunidade escolar de forma democrática e participativa

No terceiro momento foi consolidada as observações do processo das reuniões onde se observou a participação e integração dos membros do conselho. O processo de deliberação dos recursos com a participação parcial dos membros do conselho escolar.

A pesquisa foi realizada com nove membros do Conselho Escolar, estando presente: o presidente do Conselho Escolar, o vice-presidente, o secretário, dois professores, dois representantes de pais, um representante da comunidade e um representante de funcionário. O questionário em anexo foi dividido em perfil, institucionalização e a entrevista. As questões da entrevista permitiram comprovar as hipóteses levantadas nas observações e a possibilidade de sugestões para tornar as reuniões do Conselho Escolar participativa e democrática.

4.1 Gestão Participativa e Democrática

O município onde a escola pesquisada está inserida possui a Lei Nº555/97 Art.1º, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover ações para criação, instalação e funcionamento de Conselhos Escolares em todas as escolas de rede municipal de ensino, atuais e futuras, como unidades executoras da gestão escolar, nos termos das

novas políticas do Governo Federal para o Ensino Fundamental, consubstanciadas nas Leis nº 9.424/96 e 9.394/96.

A escola recebe recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que são enviados anualmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), esse recurso é diretamente depositado em uma conta do Conselho Escolar, daí sua criação. O dinheiro garante a autonomia da gestão para ser utilizado de acordo com as necessidades da escola, sendo definido pela participação da comunidade escolar nas decisões físicas e pedagógicas, garantindo uma escola democrática e participativa. A LDB em suas instituições públicas de educação básica vem estabelecer os conselhos escolares como a representação da comunidade dentro das decisões das escolas. Essa forma de representação permite a fiscalização da comunidade nas instituições educacionais, permitindo que haja de certa forma, um avanço na distribuição correta dos recursos advindo da administração pública, seja em âmbito municipal, estadual ou federal.

Segundo Lück (2001) o conceito de gestão educacional está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, mediante seu compromisso coletivo com resultados cada vez mais efetivos e significativos. Sendo assim, fortalece a percepção que a coletividade torna o processo de fiscalização através da comunidade uma forte contribuição para que os recursos sejam bem aplicados e tragam progresso para toda comunidade escolar e local.

No aspecto da gestão participativa e democrática, a inclusão do Conselho Escolar vem contribuindo para que o PPP seja de fato executado. Através das reuniões ordinárias ou extraordinárias, são fiscalizadas as ações que estão incluídas dentro do Projeto da escola. Pode-se perceber, mesmo que de forma tímida, a importância da participação dos conselheiros no processo de desenvolvimento das tomadas de decisões do Conselho Escolar. Para Cury (2000, p.47)

O Conselho Escolar deve estar inserido na escola como instância que promove a articulação entre os segmentos da comunidade escolar e as dimensões da escola, sabendo ouvir e falar, buscando mecanismos de compreensão e tomadas de decisões em busca da excelência do saber elaborado, mobilizando a escola e alunos como protagonistas deste saber.

Através dos dados coletados, foi possível observar a compreensão dos entrevistados a respeito da necessidade de se ter uma escola democrática e participativa, onde o Conselho escolar exerça realmente sua função. A partir destes dados, se verificou que os conselheiros acreditam que é possível uma escola participativa e democrática,

desde que os responsáveis diretos dos Conselhos Escolares, como o presidente do Conselho, atuem não de forma a desconsiderar as opiniões de cada conselheiro, mas permita a livre expressão de cada um. Os entrevistados proporcionaram um aprofundamento maior, devido a vivência direta no âmbito do Conselho Escolar. Ficou evidenciado, porém, que os conselheiros que detém um cargo ou alguma função na escola, tem poder de decisão mais elevado do que aqueles que apenas fazem parte da comunidade, como os pais e alunos.

Está realidade, se verificou nas respostas de alguns membros do Conselho Escolar quando se abordou a questão da participação ativa nas decisões. Assim relatam os conselheiros: “Bem, apesar de saber que posso participar, as decisões ainda são tomadas por aqueles que estão mais próximo do presidente do Conselho Escolar.” (Conselheiro 1). “Infelizmente não, mesmo porque algumas decisões já chegam nas reuniões definidas.” (Conselheiro 2).

Alguns relatos apresentados refletem a autonomia do presidente do conselho como sendo um tomador de decisões: “...na maioria das vezes não somos consultados em alguns projetos, apesar de estar sempre presente nas reuniões. Só não participo de reuniões quando não sou informada.” (Conselheiro 3). Desta forma, tornam alguns conselheiros como meros expectadores do processo de melhorias para a escola. Essas questões refletem a falta de formação que na maioria das vezes não são repassadas para os conselheiros.

Ficou evidenciado a grande fragilidade na preparação adequada para os conselheiros. Muitos deles, não reconhecem a função nem suas atribuições como agentes integrantes do Conselho. Ao ser indagada sobre suas atribuições e as funções do Conselho Escolar, obteve-se a seguinte resposta: “Não sei bem o certo, mas acredito que participar das decisões e fiscalizar os recursos.” (Conselheira 2).

Ao se candidatar a uma vaga para compor o Conselho Escolar, é imprescindível reconhecer as funções do Conselho e as atribuições dos seus conselheiros. Saber que o Conselho deve acompanhar o trabalho feito pelos gestores, os docentes e funcionários da escola. Deve estar atento e procurar envolver-se diretamente nas decisões tomadas pelo núcleo gestor, sentindo-se parte integrante no processo de escola participativa e democrática.

Verificou-se que é necessário motivar os conselheiros a participarem dos cursos de formação oferecidos pelo Ministério da Educação, seja na modalidade presencial ou a distância. A finalidade destas formações é qualificar a atuação dos conselheiros escolares.

Essa ação faz parte do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (Site do MEC).

4.2 Planejamento Participativo

Foi possível observar que a insatisfação de alguns membros do Conselho, se dá por parte daqueles que estão fora do quadro de funcionários da escola como, pais e alunos. Há um sentimento de desvalorização de suas opiniões nas tomadas de decisões por não participarem ativamente dos planejamentos.

Segundo o Ministério da Educação:

É fundamental que sejam criados mecanismos de participação tornando a gestão mais democrática, que as prioridades sejam estabelecidas pelo conjunto daqueles que participam direta e indiretamente da comunidade local e escolar e que as ações sejam planejadas coletivamente. Isso quer dizer que o coletivo da escola deve participar da definição das prioridades, dos objetivos e de como eles serão atingidos, quais os recursos disponíveis para se alcançar esses objetivos, como e onde as verbas recebidas pela escola serão aplicadas e o que pode ser feito para alocação de novas verbas. Nessa perspectiva, o planejamento é o processo mediante o qual procura-se definir claramente o que fazer e como fazer, visando à utilização racional dos recursos disponíveis para que, com eficiência, eficácia, efetividade e humanização, os objetivos pretendidos possam ser atingidos”

Por falta de planejamento do Conselho Escolar, existem insatisfações por parte dos conselheiros. Porém para se atingir os objetivos de uma escola democrática e participativa, é necessário que todos os envolvidos no processo se empenhem em planejar e estabelecer as prioridades de forma coletiva, buscando executar as ações estabelecidas. Desta forma contribuir para o processo de desenvolvimento da escola e o bom funcionamento do Conselho Escolar em suas funções: deliberativa, consultiva, fiscais e mobilizadoras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa desenvolveu-se com base no objetivo geral que foi analisar o funcionamento da relação direta entre a teoria e a prática no processo de gestão escolar democrática, e como os conselheiros atuam de forma competente e democrática. Estudo desafiador, pois ao entrar em contato com a realidade escolar e verificar o papel do Conselho Escolar observou-se um distanciamento entre o que está na teoria e o que de fato acontece na prática.

Após observar e participar do cotidiano da escola, teve-se a oportunidade de configurar a visão acerca dos principais motivos de insatisfação e desmotivação por parte de alguns membros do Conselho Escolar. Foi possível concluir que grande parte desta insatisfação e desmotivação está associada a falta de apoio nas decisões que ao invés de acontecer de forma coletiva, chegam nas reuniões, na maioria das vezes, prontas. Esta situação acarreta prejuízo para o bom funcionamento do Conselho.

Com base nas respostas dos conselheiros, foram apontados pontos que enaltecem a atuação do Conselho e outras questões que causa insatisfação para outros conselheiros.

Verificou-se que a escola usa do PPP para utilização dos recursos junto ao PDDE interativo, onde é indispensável o Conselho Escolar nas decisões. Mas para o mesmo ser democrático e participativo é necessário que os membros entendam sua função e importância. Seria interessante que o presidente do Conselho, no caso da escola estudada o próprio diretor da escola, proporcionasse meios de orientar a função e a atuação dos conselheiros nas questões pedagógicas e na aplicação dos recursos.

Desta forma, todos devem compreender a sua importância para a transformação da escola. Essa transformação ocorre a partir da integração de todos com um mesmo objetivo, construir uma escola transformadora onde seus atores sejam agentes construtores de uma sociedade justa, igualitário e democrática.

6 REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília – DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, nov. 2004a.

BRASIL. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília – DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, nov. 2004b.

BRASIL. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96)**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2016.

CURY, Carlos R. Jamil. **Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Educacional Democrática**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

LÜCK, Heloísa. **A Evolução da Gestão Educacional, a partir de Mudança Paradigmática**. 2001. Disponível em:http://revistaescola.abril.com.br/grandes_temas/gestao_escolar/gestao.doc.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2006.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da escola básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

6 APÊNDICES

APÊNDICE 1

Questionário aplicado aos membros do Conselho Escolar de uma escola da região metropolitana de Fortaleza

Pesquisa realiza com nove (09) membros do conselho escolar. (RESULTADO)

***PERFIL**

1)SEXO

(07) FEMININO (02)MASCULINO

2)FORMAÇÃO ESCOLAR

(03)ENSINO FUNDAMENTAL (02)ENSINO MÉDIO (04)ENSINO SUPERIOR

3)IDADE

()16 à 20 anos (02) 21 à 30 anos (07)30 à 40 anos

****INSTITUALIZAÇÃO**

1)Você sabe o que é conselho escolar?

(01)NÃO

(08)SIM

2)Você conhece a documentação que regulamenta o conselho escolar?

(03)NÃO

(06)SIM

3)Você sabe a função do membro do conselho escolar?

(04)NÃO

(05)SIM

4)Você acha que participa ativamente do Conselho escolar?

(05)NÃO

(04)SIM

5)Você acha que deveria ter formações explicando o conselho escolar de suas funções?

(02)NÃO

(07)SIM

6) Você gostaria de ter uma participação maior nas decisões do Conselho Escolar?

(04)NÃO

(05)SIM

APÊNDICE 2

Entrevista aplicada aos membros do Conselho Escolar de uma escola da região metropolitana de Fortaleza

Os dados das entrevistas foram usados nas informações dos resultados.

1. O que significa gestão democrática e participativa?
2. Você participa ativamente nas decisões do conselho?
3. Você representa a sua categoria no conselho escolar?
4. Quais as atribuições do conselho escolar?
5. Você acha importante que a escola possua um conselho escolar? Por que?
6. Você acha que as decisões do conselho são toma coletivamente ou pelo presidente do conselho?
7. Se você fosse presidente do conselho escolar como resolveria as dificuldades e problemas dentro da escola?
8. Você considera suficiente apenas os encontros do conselho escolar para atuar como conselheiro?